

---

## Interação e cuidado materno: análise sociosemiótica de histórias de vida de estudantes da área de Letras\*

Naiane Vieira dos Reis<sup>i</sup>

---

**Resumo:** Este trabalho objetiva analisar, nas narrativas de formação de estudantes que também são mães e trabalhadoras, situadas na região Norte do Brasil, as interações no serviço de cuidado, que pode estar associado ao fazer de mulheres ou de uma comunidade. Para tanto, discute-se sobre o trabalho e sobre a participação das mulheres no espaço público e privado, a partir das contribuições das teorias sociológicas, da historiografia e dos estudos do discurso, mobilizando as categorias de análise da sociosemiótica para compreender como se dão as relações mais ou menos hierarquizadas ou ritualizadas nos discursos desses sujeitos na sua atuação em diferentes âmbitos. Ao longo da formação, as estudantes que vivenciam a maternidade fazem uso de diferentes estratégias para garantir a permanência na universidade, tendo em vista suas rotinas de estudos e, tantas vezes, de trabalho. Assim, ao ser configurada uma comunidade de cuidado em diversos espaços, em interação regida pela sensibilidade, emergem-se novas possibilidades, menos excludentes, para as estudantes-mães, de pertencimento à vida acadêmica e ao âmbito público.

**Palavras-chave:** maternidade; formação acadêmica; serviço de cuidado; interação; sociosemiótica.

---

\* DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2022.198486>.

<sup>i</sup> Doutora em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Araguaína, Brasil. Professora do Instituto Federal do Ceará, campus Crateús. Pesquisadora do grupo de estudos GESTO e integrante do movimento feminista Coletivas Raimundas. E-mail: [naianeveira@uft.edu.br](mailto:naianeveira@uft.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1117-3655>.

## Introdução

**A**s mulheres foram compreendidas, até mesmo nas discussões teóricas com recorte de gênero, a partir de uma perspectiva que leva em conta a organização do estrato da sociedade com privilégio econômico, tendo em vista a circunscrição do feminino a um pretense espaço privado e doméstico. Nesse cenário, no entanto, observamos que diferentes tecidos sociais, a partir das interações construídas no discurso, organizam diversificados modos de ser e existir como sujeito mulher, sobretudo quando consideramos maternidade, trabalho e inscrição territorial na região Norte do Brasil. Diante disso, este artigo, recorte de uma tese<sup>1</sup> de doutorado defendida em 2020 em uma universidade federal do Norte do país, analisa, sob a luz da teoria semiótica, a narrativa de estudantes que também são mães e trabalhadoras, vinculadas a uma universidade pública na mesma região, sobre o processo de cuidado no qual estão inseridas.

Essas narrativas foram geradas a partir de entrevistas semiestruturadas<sup>2</sup>, que buscaram compreender os vieses que atravessam a trajetória de formação de algumas acadêmicas da área de Letras, tanto da graduação quanto da pós-graduação. Para tanto, foram convidadas dezoito estudantes, aqui referidas como participantes de pesquisa<sup>3</sup>, que fizeram relatos sobre os seus estudos, o cuidado com os filhos, a relação com o trabalho, entre outros fatores que estão interseccionados em suas narrativas. Neste artigo, serão selecionados recortes de entrevista de apenas três participantes, considerando suas abordagens em relação à temática selecionada, embora, ao longo da análise, façamos menção a informações dos dados gerados e dos resultados da pesquisa mais ampla.

---

<sup>1</sup> A tese intitulada *Entre estudos, leitura, maternidade e trabalho: análise semiótica de histórias de vida de estudantes da área de Letras da UFT* (REIS, 2020), sob orientação do professor Dr. Márcio Araújo de Melo, discute fatores sociais, econômicos, culturais e raciais que estruturam as narrativas das trajetórias de vida e formação de estudantes universitárias que também vivenciam a maternidade.

<sup>2</sup> Para a geração de dados, adotou-se a metodologia da história oral, a partir da qual se busca compreender como sujeitos situados às margens registram e narram eventos dos quais são participantes e, tantas vezes, protagonistas. Também serve para coletar histórias marginalizadas pela própria tradição historiográfica, como é o caso das mulheres nos mais diferentes cenários. A partir da atuação da pesquisadora em seu estágio em docência na Faculdade de Letras, bem como por meio da indicação de outros sujeitos da instituição, em amostragem do tipo "bola de neve", foi estendido o convite às estudantes da universidade focalizada, todas com idade superior a dezoito anos, sendo explicado o objetivo da pesquisa, bem como lido e assinado um termo de consentimento livre e esclarecido. O quantitativo de entrevistas geradas foi estabelecido ao se observar a repetição nas narrativas, quando se deu o ponto de saturação. Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente, preferencialmente na universidade, local escolhido pelas participantes, e registradas por meio de aparelho eletrônico para gravação de voz e, posteriormente, transcritas.

<sup>3</sup> Para a garantia do anonimato, respeitando questões éticas de pesquisa, o nome e outros dados identificadores das participantes foram protegidos. Diante disso, foram criados nomes fictícios, os quais são inspirados em pesquisadoras que fundamentam a discussão do estudo original, a fim de fazer referência a cada relato de forma distinta.

Neste trabalho, objetivamos discutir como as interações entre os sujeitos, e dos sujeitos com os objetos, a partir das contribuições da sociosemiótica, ratificam ou fazem emergir novas dinâmicas sociais nos processos de cuidado empreendido pelas participantes ao longo de suas formações, seja na universidade, para aquelas que ainda têm filhos dependentes durante a graduação ou pós-graduação, seja na educação básica, quando experimentaram a maternidade em concomitância com a formação escolar. Além dessas mães, que majoritariamente realizam o serviço de reprodução, o cuidado com as crianças é assumido por outros atores, costumeiramente outras mulheres, mas também pais, avôs, tios etc., além da presença do Estado, com a escola e a creche. No debate sobre o serviço de produção e reprodução social, focalizado sobretudo pelos estudos sociológicos, dedicados à análise da inclusão da mulher no mercado de trabalho (cf. BIROLI, 2010, 2016; BRENNER, 2015; BRUSCHINI, 2006; SORJ, 2016), e historiográfico, que trata da (não) inserção das mulheres nas narrativas oficiais sobre a vida pública e a privada (PERROT, 2009), abordaremos como o labor doméstico e o serviço de cuidado com os filhos perpassam a vivência das participantes no âmbito da formação acadêmica.

## **1. Quais trabalhos para a mulher-estudante?**

A partir da divisão sexual do trabalho, consolidada no século XIX, sobretudo no contexto europeu, sob a tutela da burguesia, temos em vigor, com algumas transformações, o masculino como ocupante do espaço público, político e detentor do capital, enquanto o feminino vai sendo relegado ao espaço privado, de reprodução social, pertencente ao universo do homem, ao qual este se relaciona e detém, como pai ou marido. A mulher, nesse sentido, vai sendo valorizada “como acessório do homem”, pois não é considerada na sua individualidade ou personalidade, mas passa a ser observado aquilo que ela faz que compõe o capital privado do seu pai ou companheiro, no âmbito doméstico (KOLONTAI, [1918] 2011). Certamente, tal configuração social toma como base as classes privilegiadas, já que os/as mais pobres sempre estiveram no espaço da produção e reprodução social, muitas vezes com a matriarca assumindo o papel central de produtora e reprodutora na família (PERROT, 2009).

Enquanto há falhas na distribuição e garantia de serviços domésticos e de cuidado, que chegam aos mais privilegiados a partir da contratação de mão de obra barata, observa-se uma sobrecarga da mulher, geralmente em idade adulta, que assegura a manutenção da casa e da vida comum, indicando também uma configuração de desigual divisão sexual do trabalho no âmbito familiar. Contra os individualismos e a alienação da família ao estrito espaço privado e íntimo, muitas mães e trabalhadoras formulam maneiras coletivas de prover e promover a vida

em comunidade, postulando “formas cooperativas e democráticas de cuidar de adultos e crianças” (BRENNER, 2015, p. 314).

Assim, principalmente as mulheres — avós, irmãs, tias, vizinhas, amigas — compartilham os cuidados, gratuitamente ou por uma pequena remuneração, das crianças de classes populares. Destacamos, no entanto, que tal configuração implica também a exclusão desse grupo da participação na vida econômica e pública de forma mais ativa, resultando na maior vulnerabilidade financeira das mulheres. Ao asseverar que “as relações de classe são sexuadas”, considerando sobretudo os vínculos de trabalho vividos por homens e mulheres, Hirata e Kergoat (1994, p. 95) observam os desafios de gênero ao pensarem classe, já que o modo de inserção (e exclusão) no operariado se dava de forma diferenciada para os sujeitos de um mesmo estrato social. Embora não seja uma categoria fixa, demarcada diferentemente pelas sociedades em diferentes momentos históricos, gênero é entendido como uma construção social que opera significados para os sujeitos, a partir do qual podem ser erigidos sistemas de opressão.

Ao serem focados os elementos sexo e classe para o debate sobre a exploração de trabalhadores, vale notar que “não é só em casa que se é oprimida e nem só na fábrica que se é explorado(a)” (HIRATA; KERGOAT, 1994, p. 96). Essa posição joga luz sobre o aparente dualismo entre espaço público *versus* privado, relacionado à libertação política *versus* opressão patriarcal, esclarecendo que a mera inserção das mulheres no campo assalariado do trabalho não é uma garantia para maior autonomia e relações menos assimétricas.

Nesse sentido, soma-se à configuração da ocupação laboral remunerada uma tradição na divisão sexual do trabalho, que vai se assentando nas nossas sociedades desde a instauração do capitalismo até chegar ao que conhecemos hoje. Por isso, mesmo que ambos os sexos ocupem o campo da produção social, sobretudo o feminino é conduzido à responsabilidade com os serviços domésticos, os quais cerceiam “o desenvolvimento profissional das mulheres, implicando carreiras descontínuas, salários mais baixos e empregos de menor qualidade” (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 126).

No âmbito da formação profissional, a ocupação relativa à reprodução social, protagonizada por algumas participantes desta pesquisa, impõe limites à aplicação na academia, já que, além de acompanhar as aulas, há também a possibilidade de participar de eventos, grupos de pesquisa, iniciação à pesquisa e rodas de debates, atividades que raramente podem ser vivenciadas por essas estudantes com ocupação no lar. Nesse sentido, embora os arranjos familiares sejam mais heterogêneos, inclusive na sua representação social, as mulheres (adultas) estão mais implicadas na reprodução social e, por isso, se encontram como grupo mais vulnerável socioeconomicamente (BIROLI, 2018). A partir de análise dos dados do IBGE, que passa a considerar o trabalho doméstico na sua

mensuração, antes categorizado como inatividade econômica, Bruschini (2006) considera o perfil dessas sujeitas<sup>4</sup> que são penalizadas pela divisão sexual do trabalho, com muitas atividades desempenhadas, ausência de remuneração e pouca autonomia econômica:

[...] as mulheres, muito mais que os homens, dedicam parte significativa de seu tempo ao trabalho para a reprodução social; entre elas, são as cônjuges e, principalmente, as mães as que dedicam número mais elevado de horas semanais aos afazeres domésticos; e, as que tiveram filhos, são as mães de filhos pequenos aquelas cujo tempo semanal de dedicação aos afazeres domésticos é o mais elevado (BRUSCHINI, 2006, p. 351).

Nessa perspectiva, a definição do perfil de mãe que tem sobrecarga de trabalho doméstico é importante para não ser feita simplificação em relação à atividade de reprodução e ao ser mulher-mãe. Assim, tem-se a mãe, casada e com filhos pequenos, como o grupo mais afetado pela dedicação maior a um trabalho pouco valorizado e não remunerado, conforme destacam os dados de nossa pesquisa mais ampla.

O caráter coletivo de atividades de produção e reprodução social, negociado entre as comunidades, parece fortalecer os grupos contra sistemas de exploração da força de trabalho e criar modos outros de vivência numa sociedade organizada pela dinâmica capitalista. Nesse sentido, criar pequenas comunidades, no âmbito familiar ou na universidade, fortalece as estudantes-mães nos seus campos de atuação, ainda que estejam submetidas às situações de opressão e violência, porque são elaboradas alternativas que viabilizam o trabalho, o serviço de cuidado e o estudo de forma mais colaborativa e menos centrada na figura materna.

### **1.1 As interações nas dinâmicas de cuidado: entre programação, manipulação, acidente e ajustamento**

Para discutirmos a interação entre os sujeitos nas narrativas das participantes aqui privilegiadas, lançamos mão das contribuições da teoria semiótica, que se dedica ao sentido, a partir de seu aparato analítico. Diante disso, selecionamos, mais precisamente, as categorias de análise da interação, no nível narrativo<sup>5</sup>, discutidas e reformuladas por Eric Landowski (2014a) para pensar as

---

<sup>4</sup> Embora esse vocábulo tenha um sentido pejorativo na língua portuguesa, indicando uma pessoa identificada no feminino como de menor valor, para fazer referência ao sujeito mulher consciente, cognoscente e que está inscrito na história, adotamos a sua flexão de gênero no feminino como um gesto político de (re)significação da nossa inserção nas narrativas públicas e políticas.

<sup>5</sup> A teoria semiótica analisa o sentido, em seu conteúdo, a partir de um percurso gerativo de sentido, o qual vai do nível mais superficial e abstrato, o fundamental, ao mais complexo e concreto, o discursivo. O narrativo compreende o nível intermediário nesse percurso, analisando o ser e o fazer do sujeito.

interações sensíveis, no campo da sociosemiótica, as quais nos auxiliam na compreensão das inter-relações entre os sujeitos trazidos nas histórias contadas pelas participantes sobre o seu percurso de vida e a sua formação escolar/acadêmica. Além das discussões ancoradas nas perspectivas historiográficas e sociológicas, interessa-nos fazer análise do cuidado, com vistas à complexificação das relações de gênero implicadas. Assim, nesse diálogo transdisciplinar, observamos como as interações entre sujeitos e destes com os objetos são complexas e ambivalentes, sendo possível verificar, eventualmente, mais de um regime de interação num mesmo recorte de narrativa.

No trato com o estético, Greimas (2002) elabora os regimes de programação, quando analisa o sem sentido da vida cotidiana e repetitiva, e o de acidente, uma fratura com a continuidade, um deslumbramento que é resultado de uma “ação de uma força que vem do exterior” e atordoa o sujeito (GREIMAS, 2002, p. 26). Se a manipulação está na formulação da sintaxe do nível narrativo, quando trata das transformações de um sujeito (destinatário), a partir de um sistema de valores (objetos-valor), que estabelece uma interação assimétrica com outro sujeito (destinador), os regimes de acidente e de programação ganham especial destaque, ainda que com enfoque no evento estético, para tratar dos modos como (não) se dá a apreensão do objeto artístico. Ao considerar o aspecto das interações, de continuação e parada da continuação (TATIT, 2008), a programação situa-se no plano do contínuo, do constante e invariável, dessemantizado e anestesiado, que remete às práticas rotineiras (escovar os dentes, dirigir pela cidade, fazer serviços de cuidado), enquanto o acidente é a ruptura, aquilo que quebra com o repetitivo, é o descontínuo, que faz o sujeito ora voltar à continuidade após um breve “susto”, ora se modificar, pela intencionalidade ou sensibilidade, rumo a novas configurações de relação com outros sujeitos e com os objetos no mundo.

Ao definir a sociosemiótica como “um dos ramos especializados da disciplina” semiótica, que se dedica a revisitar e propor novos aprofundamentos ao aparato analítico da teoria, Landowski (2014b, p. 10) delinea o sentido em ato, produzido no campo das interações, focalizando seus “*processos*, ou seja, justamente, das interações (entre sujeitos ou entre o mundo e os sujeitos) que presidem a construção mesma do sentido e tornam em consequência possível a emergência de configurações inéditas” (LANDOWSKI, 2014b, p. 12). Nessa perspectiva, o vivido tem mais camadas, organizadas de formas mais complexas, do que o não sentido pelo excesso ou ausência de interações sensíveis, ou por aquelas que se organizam pela dinâmica da troca que envolve perdas e ganhos para os sujeitos.

Nos termos sociosemióticos, a programação diz respeito à previsibilidade, à ritualização dos comportamentos, de modo que passam a ser dessemantizados, cumpridos quase automaticamente pelos sujeitos. Na atividade doméstica, por

exemplo, com atividades rotineiras e repetitivas, desvalorizadas pela sociedade, é comum observar mulheres, sobretudo, relatando a falta de sentido da própria vida e para seus afazeres, embora realizem várias tarefas durante o dia. Esses comportamentos ritualizados que são performados pelas mulheres em seu cotidiano, ainda que para elas pareçam sem sentido ou incoerentes tendo em vista suas práticas de leitura e formação profissional, podem ser compreendidos como interações programadas.

Dessa maneira, “seja de ordem causal ou de ordem social, as regularidades de que depende o caráter programado dos comportamentos de um ator têm por efeito produzir ao mesmo tempo identidades impermeáveis entre si e esferas de ação hermeticamente compartimentadas” (LANDOWSKI, 2014a, p. 28), de modo que há construções discursivas que intentam estabilizar posições sociais de sujeito, conferindo-lhes identidades estáveis e homogêneas. Observa-se, nessa perspectiva, um comportamento motivado que foi sendo repetido a ponto de ser incorporado às consideradas práticas tradicionais e coletivas. Por outro lado, nota-se que a interação programada não assume precisamente um caráter disfórico, mas explica os comportamentos rotineiros discursivizados como prática do já sabido, da segurança e da estabilidade:

Os sujeitos, nesse caso, encontram-se a tal modo condicionados que o risco de que algo perturbe a ordem estabelecida parece praticamente ausente. [...] Do ponto de vista dos objetos, é o que nos permite usá-los, certos de seu funcionamento previamente fixado. A programação da ação, contrária às práticas de sentido, permite que interagjamos com as coisas com conhecimento de causa, indispensável, portanto, na medida em que não podemos reinventar tudo o tempo todo. O fazer, assim, se equilibra entre o dado e o novo, entre o estabilizado e o instável, sendo este o criador de novas relações. O dado é o lugar da segurança e do conforto, enquanto o novo é o chamamento para a experimentação. O dado permite o planejamento das ações com resultados mais precisos; o novo é o lugar do risco e da possibilidade do equívoco. É o que prevê uma interação sem surpresas de qualquer tipo, como lugar da segurança (SILVA, 2014, p. 232).

No regime marcado pela intencionalidade, a manipulação trata dos comportamentos motivados, em que pelo menos dois sujeitos interagem, negociando um objeto-valor e o próprio estatuto de suas interações. Ainda que haja assimetria de poderes nas relações, há nesse regime uma negociação e aceitação (por sedução, tentação, intimidação ou provocação) dos termos da interação, entre destinador (que faz-fazer algo) e destinatário (quem realiza uma ação e/ou transformação), sendo que o primeiro “propõe sempre ao outro uma forma ou outra de intercâmbio” (LANDOWSKI, 2014a, p. 27). Cabem ao destinador a manipulação e a sanção, nos programas narrativos analisados, enquanto o destinatário desempenha a performance, dotado de competências

para realizá-la, isto é, ao ser “Investido do papel actancial de sujeito competente, deve o destinatário cumprir seu percurso, gerado pela manipulação de um destinador que lhe determina valores em função dos quais será julgado” (TEIXEIRA, 1996, p. 60-61).

Se nesse regime é observada a presença de outros atores, como o antissujeito, cujo papel diz respeito à imposição de barreiras para a performance do destinatário, e o adjuvante, que cumpre o papel de auxiliar o sujeito da performance em seu fazer, não se verifica a possibilidade de análise de interações menos assimétricas, de um fazer conjunto e cooperativo, por exemplo. Em alguns discursos e textos, no entanto, considerando sua complexidade e multiplicidade de sentidos, observam-se vários programas narrativos, sendo que o mesmo sujeito se inscreve ora como destinador, ora como destinatário, ora como adjuvante.

Ao revisitar os regimes de programação e de manipulação, Landowski (2014) se interessa também pelos pontos de aproximação dessas duas formas de (não) interação, observando o que aparentemente se dá pela ordem da regularidade, que tem ou pode ter intencionalidades implicadas. Além disso, são postas em destaque as ações e as atitudes “inquestionáveis”, as quais estão relacionadas a “uma necessidade de ordem *simbólica*”.

Nesse *meio caminho*, os comportamentos orientados pela intencionalidade, e, inclusive, aqueles sensíveis, podem chegar a um modo de operacionalização que resulta no automatismo, na repetição quase dessemantizada. Assim, são analisadas as “programações motivadas” ou “motivações programadas”, as quais são de tal maneira ritualizadas nas práticas cotidianas que vão perdendo a intensidade de suas cores, o sentido vivo a cada ação, mas que são ressignificadas quando os sujeitos observam seu agir (LANDOWSKI, 2014a, pp. 41-42). Nas narrativas analisadas das participantes, como veremos adiante, ao mesmo tempo em que enunciam suas vidas programadas, as estudantes-mães vão elaborando sentido para a vida, bem como pensam possibilidades de práticas que rompessem com o vivido insensível, o não-sentido.

Com a denominação de inesperado (GREIMAS, 2002), outro regime que resvala o sem sentido, então pela absoluta aleatoriedade, pela surpresa, também é observado nas interações, mais ou menos sensíveis, sendo denominado de acidente. Este sobrecarrega os sujeitos de novidades, de ineditismos, de estranhamentos. Por se lançar sobre o sujeito, o evento acidental causa susto, espanto e deslumbramento, podendo ser metaforizado por um feixe de luz lançado sobre a visão de quem tenta enxergar no escuro. De imediato, somente seria capaz de causar mais cegueira e perturbações. Na lógica da aleatoriedade, o evento acidental, que imprime nos programas narrativos uma descontinuidade



breve, pode ser de ordem mais eufórica, indo da sorte, acaso, até o azar, de caráter disfórico (LANDOWSKI, 2014a, p. 70-73).

Pelo princípio da sensibilidade, o ajustamento diz respeito à interação na qual os sujeitos ou sujeitos e objetos se organizam pela lógica da junção, encaminhando-se para a comunhão. Diferentemente da manipulação, não há hierarquias nos papéis assumidos, mas interações entre iguais, num fazer conjunto (LANDOWSKI, 2014a). O ajustamento dá-se nas interações por contágio, em que os sujeitos e/ou objetos entram em comunhão em favor da coconstrução de sentido vivido, realizado, em ato (FECHINE, 2013, p. 593).

Na falta ou no excesso, temos dois regimes, então, que flertam com o esvaziamento de sentido: a programação e o acidente. De caráter mais sensível ou intencional, observam-se o ajustamento e a manipulação como sentir e fazer dos sujeitos, com os objetos, em busca de sentido, de significado. Na sensibilidade, o fazer conjunto, pelo contágio, ajustado, organiza as interações, distinguindo-se da manipulação, já que nesse caso um sujeito faz o outro fazer e querer.

Ao delinear a competência estética, Landowski (2014a) circunscreve as motivações para o agir dos sujeitos, que então não são motivados estritamente por uma troca econômica:

Estamos lidando agora com uma interação entre iguais, na qual as partes coordenam suas dinâmicas por meio de um *fazer conjunto*. É o que lhes permite ajustar-se assim uma à outra é uma capacidade nova, ou ao menos, uma competência particular que o modelo precedente [de manipulação] não tinha chegado a conhecer: a capacidade de se *sentir* reciprocamente (LANDOWSKI, 2014a, p. 5, grifos do autor).

Lançar-se a novas formas de vida, ainda desconhecidas e que precisam ser elaboradas coletivamente, empreende diferentes modos de existência e presença, que podem ser mais ou menos sensíveis, mais ou menos arriscados, mais ou menos estáveis. Além disso, podem implicar ao mesmo tempo plurais interações, tendo em vista a volatilidade da vida vivida.

## 2. Uma comunidade que cria, uma mãe que estuda: interações mais ou menos conflituosas

Na dedicação aos estudos, as acadêmicas, no âmbito público ou privado, necessitam lidar com o cuidado, o que determina o seu modo de circulação e participação no espaço universitário, porém, quanto mais forte for uma rede de apoio, com familiares, amigos etc., além, certamente, do acesso a instituições educacionais que também tenham o caráter amenizador do impacto do serviço de reprodução para as mulheres, como as creches e escolas, mais fortalecida será a relação da estudante-mãe com sua formação profissional. No caso das participantes com filhos em idade escolar, todas elas organizavam o seu cotidiano, inclusive o horário para dedicarem-se à participação na universidade e às leituras, a partir do “tempo livre” de cuidado, que era então assumido pelo Estado, em instituições públicas ou privadas.

Compreendemos aqui a rede de apoio como integração de agentes e instituições que criam e reproduzem a vida coletivamente. Porém, embora indique uma ação cooperativa, esse apoio nem sempre vem desprovido de conflitos e relações de poder reforçadas, sobretudo porque, quando há crianças envolvidas, existe o imaginário de que se trata de uma responsabilidade exclusiva da mãe, que pode receber alguma “ajuda” em momentos específicos.

No trecho abaixo, selecionamos o relato de uma participante que enfrenta diferentes sanções nessa negociação do apoio no cuidado, envolvendo tensões nas interações. Para Alexandra, além de experienciar a maternidade ainda na adolescência, quando estudava na escola de educação básica, havia a censura familiar e social:

Então, como naquela época eu não podia mais voltar para a escola regular, porque eu estudava no [nome da escola protegido], era uma escola particular. Meu pai que pagava. Ele disse que não ia pagar escola pra vagabunda nenhuma estudar. Se eu procurei o Mateus, eu que o balançasse, era a frase da época. Ele me tirou da escola e eu procurei uma escola pública. [...] Eu fui e procurei a escola supletivo para que terminasse a oitava série. E isso em agosto de [19]96. E assim eu fiz. Terminei minha oitava série. Polêmica da família: quem ficaria com a criança para mim estudar. NINGUÉM queria ficar. Porque a frase era “Não casou? Não inventou de parir o Mateus? Então, balance”. Então, está bom. Então, ninguém quer ficar: vou levar! Perguntei para a diretora. Expliquei: “Sou casada, tenho um filho. Não tenho com quem deixar meu filho. Posso trazer, se não atrapalhar a aula?”. “Pode”. E aí eu levava pra escola. Estudava à noite, porque escola nenhuma de dia me aceitou, porque eu já tinha filho. E, segundo as direções das escolas, não era um bom exemplo pras moças uma moça também que casou cedo. Eu ainda enfrentei esse preconceito em duas escolas que eu fui procurar lá. Aí, eu fui estudar à noite. Nessa turma da noite fui, em agosto de [19]96, fui estudar e terminei minha oitava série. Então, assim, eu enfrentei dificuldades porque sair à noite com uma criança, que

tinha mal três meses, era muito difícil, né. E aí eu saía com ele. Por uma vez ele pegou uma gripe e quase não sara. Uma vez nós pegamos uma chuva, uma chuva! Estava comentando isso com uma colega minha hoje. Eu tive que colocar meu filho num saco, só que azul, daqueles ali, óh [aponta para um saco de lixo]. Ensaquei ele e furei só um pouquinho, porque eu tinha que vir para casa, né. Deixei o carrinho na escola com os meus cadernos e vim só com ele, quase correndo. E era chuva; nesse dia caiu uma chuva grande na nossa cidade. E dessa ele pegou uma gripe. Quase que ele não sara. Eu passei uns doze dias sem ir pra escola, só respondendo as atividades e mandando o caderno. Ele ficou internado. Ele ficou desnutrido. Foi bem barra pesada. E aí, quando ele ficou bom, né, Graças a Jesus ele ficou bom, eu precisava selecionar as pessoas para cuidar dele, porque TODO mundo já queria cuidar. Até o cachorro, o periquito da vizinha queria tomar conta dele. E ele não dava trabalho, o meu filho. Ele mamava, né. O problema só era mamar. Ele mamava, mas ele tinha a hora da mamada. Eu deixava leite na... no copinho, porque ele não aceitava coisa de mamadeira, até porque a minha avó não me deixou dar mamadeira para ele. Aí, dava no copinho assim [...] e a gente ia dando num biquinho dosador, até eu chegar da escola. Mas terminei o resto do ano tranquila. Todo mundo estava cuidando, né. Viram que eu não ia desistir. E aí fui. Terminei o ginásio. E aí, no ano seguinte, em 97, eu fui pro segundo grau! Quis entrar no magistério! (REIS, 2020, p. 98-99).

No relato de Alexandra sobre a volta à escola no momento pós-parto, os conflitos em torno da própria figura da “adolescente mãe” se dão na ordem das hierarquias dos sujeitos da cena, sendo que a estudante ocupa, em primeiro momento, a posição com o menor poder na negociação em relação à permanência nos estudos. Vale destacar o modo como a participante discursiviza a sua perspectiva sobre estudos e maternidade, já que as relações de gênero estão aí fortemente implicadas: “Eu tinha tanto medo de engravidar! Porque eu falava assim ‘Se eu engravidar, ele vai mandar em mim’” (REIS, 2020, p. 99).

Ao trazer à memória a figura de um pai opressor com a sua mãe, que fazia gestos de controle do corpo e da autonomia intelectual de sua parceira no momento em que se torna mãe, Alexandra observa a maternidade, quando vivenciada num contexto conjugal, a partir de uma perspectiva disfórica, sendo configurada como ferramenta que viabiliza a dominação. O espaço doméstico, íntimo e familiar está associado à posição social de dominada, porque combina a maternidade e o trabalho doméstico, que teriam potência de “modela[r] sua trajetória e suas escolhas” (BIROLI, 2016, p. 48).

Assim, observa-se uma mulher autônoma que perde seu estatuto de destinadora “da própria vida” e passa a desempenhar o papel actancial de destinatária, tendo o parceiro como destinador de suas performances na vida pública e privada. Conforme relata a participante, é pelo próprio vivido, observando as relações parentais, que constrói esse imaginário sobre o papel opressor que os companheiros passam a exercer sobre as mulheres a partir do momento em que o casal tem filhos. A narrativa sobre uma experiência particular,

familiar, no entanto, é também de caráter coletivo, uma vez que o serviço de reprodução, combinado às lógicas de organização social mais individualistas, confina as mulheres ao espaço doméstico e íntimo, muitas vezes tirando-lhes a autonomia financeira e favorecendo maior domínio e dependência de outros sujeitos, frequentemente, no caso das casadas, de seus companheiros (SORJ, 2016). Para Alexandra, a gravidez é um acidente, é o inusitado que se apresenta como capaz de reconfigurar tudo aquilo que tinha sido colocado como da ordem do estável, do estabelecido, do programado para a vida futura.

O trecho selecionado e reproduzido acima, referente ao retorno à escola, nos revela interações da ordem da manipulação, já que a estudante-mãe é sancionada pelo pai (que se nega a pagar a escola privada), pelas escolas/diretoras (que proíbem uma jovem-mãe de se matricular em turnos diurnos em suas turmas), pelos familiares (que negam apoio no cuidado com um bebê recém-nascido para que a estudante frequentasse a escola) e pela sociedade em geral que, por estigmatizar uma mãe jovem, reserva-lhe espaços de exclusão. Da mesma forma, observando a historicidade de comportamentos e reações, há aí um caráter programado dos sujeitos, que reagem com vistas a uma gramática da conduta da mulher “respeitável”, conforme é reiterado em vários momentos pela participante, cujo dito popular, enunciado como “*Se eu procurei o Mateus, eu que o balancei*”, indica a responsabilidade única da mulher consigo e com o seu rebento após a maternidade. Esse ditado popular reverbera em cenários nos quais os sujeitos se negam a formar uma comunidade de cuidado com foco em crianças. Além disso, de tão ritualizado e esperado, o comportamento intolerante e preconceituoso, que sempre se revela de caráter sancionador (BARROS, 2016), também se dá pela ordem da regularidade, do ritualizado, que convoca os sujeitos a se manterem permanentemente na mesma conduta social (e sexual). As intencionalidades são, dessa forma, programadas, porque os destinadores na cena cumprem um certo rito sancionador esperado, previsto, predefinido.

A sanção é mais ou menos intensa a depender de quem seja o destinador, sendo a figura do pai, o patriarca, a que se revela mais violenta, do ponto de vista verbal, classificando a filha como “vagabunda”, e material, negando-se a continuar com os pagamentos de mensalidade de uma escola particular. Outros sujeitos, nas relações contratuais depreendidas nas interações, podem ser observados como destinadores que impõem sanções, se não eufóricas, menos disfóricas do que o pai, como é notado no caso da diretora, que permite a presença do filho na sala de aula junto à estudante (“Perguntei para a diretora. Expliquei ‘Sou casada, tenho um filho. Não tenho com quem deixar meu filho. Posso trazer, se não atrapalhar a aula?’. ‘Pode’”), e dos familiares, que se negam a ficar com a criança durante o turno dedicado aos estudos, num primeiro momento.

De acordo com a discussão proposta por Henriques (2016) ao tratar da presença da estudante negra, trabalhadora e mãe na universidade pública, espera-se dessas mulheres a inalterabilidade nas dinâmicas sociais e na divisão sexual do trabalho, sobretudo se considerada a relação mãe-cuidado com crianças: “essas mulheres têm assumido o ônus do cuidado para que possam sair de suas casas para trabalhar e estudar; não é à toa que carregam consigo para a sala de aula seus filhos” (HENRIQUES, 2016, p. 77). Nesse sentido, diante de um cenário em que a mãe também é estudante, o alvo de disputa e resistência é justamente esse papel do cuidado, que é rejeitado por outros atores sociais.

Se Alexandra, nesses programas narrativos analisados até agora, ocupa a posição actancial de destinatária, porque é a sujeita a ser manipulada, a ter diferentes performances e a receber as sanções, vale notar outras possibilidades de sentido para as suas ações na própria história de vida. Fica evidente o papel agenciador do próprio vivido que a participante assume no momento em que experiencia a maternidade em concomitância com a formação na educação básica. Ao delinear para si um querer ser e um poder ser, desempenha o papel de destinadora de suas performances, já que as sanções de outros sujeitos não lhe impedem de ir em busca do objeto-valor formação escolar. Assim, o pai, os familiares, a sociedade em geral e a escola com seus agentes são adjuvantes nas performances de estudante-mãe, ora como antissujeito, o qual impõe obstáculos à performance do sujeito, ora como coadjuvante, que colabora para o fazer do sujeito da ação e/ou transformação.

Outra perspectiva a ser observada nas interações narradas é aquela relativa à sensibilidade, às junções dos sujeitos, que surge a partir de inter-relações mais ou menos conflituosas. A primeira transformação lembrada por Alexandra se dá pela inusitada gravidez, o que configura as interações hierarquizadas e assimétricas ainda mais agudas, sendo sancionada por diferentes actantes. Considerando a continuidade, a duração dos eventos, tem-se uma destinatária que resiste e muitas vezes rejeita a relação contratual, que vai se delineando como a negação do objeto-valor educação formal, a qual estabelece o valor da maternidade como exclusivo ao espaço íntimo e privado, sem possibilidade de pertença na vida pública, como é o caso da escola. Constrói, portanto, outros *poder-ser* mãe, a despeito da manipulação inicial de diferentes actantes, que combinam perspectiva de estudos e formação profissional, além de valores que não estivessem intimamente relacionados às ações de cuidado.

Nesse cenário, outro acidente muda o estatuto das interações, sobretudo com aqueles que poderiam compor uma rede de apoio para a estudante que tem um bebê e estuda, favorecendo maior sensibilidade entre os sujeitos (familiares, mãe e criança). Da manipulação, que se revela pela sanção do julgamento preconceituoso de caráter mais amplo e social, bem como pela negação do apoio (“quem pariu Matheus que balançasse”), passa-se, então, para o ajustamento,

após um acontecimento que é da ordem do risco, do inusitado, do aparente aleatório (sair da escola sob uma chuva, carregar a criança num saco de lixo para protegê-lo no trajeto até a casa, o filho adoecer, ficar vários dias internados e ter uma mãe que persiste em ser estudante). As interações mais sensíveis, observadas inicialmente no diálogo com a diretora que aceita a presença da criança na escola, com a então efetiva comunidade de cuidado e apoio favorecem, finalmente, uma vivência escolar menos instável para Alexandra (“terminei o resto do ano tranquila”).

A interação por contágio, regida pela sensibilidade, pode acontecer ou não nos espaços educativos, o que modifica o modo como as participantes relatam experienciar a vivência na universidade. No relato de Christine sobre as interações com os docentes, é possível notar as diferenças de recepção das estudantes-mães pelos professores formadores, tendo em vista a presença de uma criança no espaço da sala de aula da universidade:

Alguns professores, assim, ficam meio... assim, com a cara torcida, né? Acho que não gostam muito. E às vezes a gente até se toca disso (risos). Alguns não. Alguns são até bem receptivos. Arrumam até um lugarzinho pra ficar. Mas, às vezes, a gente, eu mesma me sinto incomodada, porque, às vezes, eu não presto atenção. Eu fico, assim, olho aqui e olho lá, né? Então, eu não presto atenção. Então, eu evito um pouco. Eu tento fazer... deixar... se eu não encontrar, se não der certo, eu evito, eu prefiro ficar em casa. Às vezes eu não trago. Mas tem algumas professoras que ficam assim meio, assim com a cara meio torcida. Não aceitam. A gente percebe que não gostam muito, né? (REIS, 2020, pp. 102-103).

Ao referir o cuidado como estendido à formação acadêmica, a participante menciona dois tipos de interação com seus/suas professores/as, que vão de mais assimétricas a mais sensíveis. Ao dar atenção às professoras que desempenham o papel actancial de destinadoras, as quais sancionam negativamente a performance da estudante com o filho na sala de aula (ficam com a cara torcida, não gostam muito, não aceitam), a narrativa de Christine sobre as interações com os/as docentes vai revelando o caráter volúvel das relações de poder observadas nas salas de aula. Fica a critério do/a profissional docente aceitar ou não, ser mais sensível ou não à presença de crianças nas suas turmas e, sobretudo, à situação das estudantes que necessitam, eventualmente, levar junto consigo o rebento para as dependências da universidade.

Por outro lado, em razão de ser sensível ao outro, entre docentes e discentes há a possibilidade de união, e não apenas da junção intencional, tendo em vista um fazer conjunto da aprendizagem: acolher a criança na sala de aula permitiria seu próprio bem-estar num espaço e lógica de funcionamento que não são favoráveis à permanência de um público infantil, até mesmo por não o ter como perfil de alunado; isso acarretaria também o bem-estar e o melhor

aproveitamento não apenas da acadêmica-mãe, mas de todos os estudantes ali envolvidos; docentes e discentes podem, além de meramente admitir eventualmente uma criança na sala de aula como o outro que precisa ser tolerado, acolher esse sujeito que tem potencial para fazer emergir aprendizagens sobre a docência, por exemplo. Assim, ao notarmos a união, estamos focalizando não apenas o gesto docente de tolerar a situação envolvendo mais atores do que seus alunos na sala de aula, mas sobretudo a afetividade que se define como “bem receptivos. Arrumam até um lugarzinho pra ficar”. Desse modo, não apenas é a figura da mãe como estudante que está em jogo nessas interações, mas também a da criança que ali se encontra. Conforme fica salientado em outros relatos, os professores formadores em muitos casos acolhem, quando estão presentes em suas turmas, os filhos e as filhas das estudantes, envolvendo-os nas práticas de ensino empreendidas.

Dentre todas as participantes com filhos pequenos, o gesto de levar consigo para a sala de aula as crianças sempre foi relatado como resultado de um acidente, de uma situação inusitada e inesperada que desorganiza o arranjo de cuidado para que frequentassem a universidade. Outro fator em comum nas narrativas de histórias de vida das estudantes aqui focalizadas é uma espécie de receio, a despeito de como são acolhidas nos seus espaços de formação escolar ou acadêmica, de que as necessidades específicas de cuidado imprimissem uma ruptura no ritmo próprio das práticas de ensino-aprendizagem em ambientes institucionais. Assim, as performances como estudante (ter que “prestar atenção”) e como mãe que cuida (“olho aqui e olho lá”) podem ser, eventualmente, incompatíveis, resultando na “escolha” pelo cuidado com o filho. Se podemos afirmar que há nesse caso uma intencionalidade, que a participante Christine é quem manipula a si própria a fazer a escolha pelo cuidado (“eu prefiro ficar em casa”), também se trata de um comportamento programado — a intencionalidade programada —, já que a divisão sexual trabalho, seja na organização da vida pública ou privada, situa a mulher nesse lugar de exercício quase inegociável de cuidado materno. Nesse sentido, a tradição, o que impõe uma certa regularidade e inquestionabilidade de padrões de comportamento (BIROLI, 2010, p. 55), vai solidificando o *dever-ser* da mulher e definindo seu campo de preferência, programando-os.

Para as acadêmicas entrevistadas que tinham filhos ainda na infância, a maioria dos relatos ressaltava uma rede de apoio composta por membros familiares como favorecedora da vida acadêmica. Na fala de Simone, uma participante que morava em município distante ao da sede da universidade, há um fazer conjunto em torno dos cuidados com as crianças enquanto a mãe se deslocava para frequentar as aulas na pós-graduação:

Minha mãe 100%, meu marido 100% [são as pessoas que também cuidam]. Tem muito marido que não limpava, né, fraldinha de neném. Pois comigo faz tudo, tudo, tudo, tudo. Mamadeira, faz tudo. E até o meu irmão, um policial de 1,80 metro, limpando bumbum de neném, entendeu (risos)? Levava e buscava na escola, porque o [nome protegido do companheiro], quando ia para a audiência, que a minha mãe estava na escola, na época a minha mãe não era aposentada ainda, que minha mãe estava na escola, que a [nome protegido da empregada doméstica] não ia, que às vezes a [nome protegido da empregada doméstica] faltava, quem é que aguentava? O meu irmão, [nome protegido do irmão], que também está nos meus agradecimentos (risos), o tio legal-bravo, né. É sério, mas levava os meninos para a escola, buscava, dava lanche. Então, eu tive essas pedras preciosas na minha vida e que eu não teria conseguido [fazer o mestrado]... teria conseguido, mas com muita dificuldade, Naiane, e talvez fora do prazo, né (REIS, 2020, p. 107).

Ao listar quatro diferentes sujeitos de seu campo familiar (esposo, mãe, tio e empregada doméstica — que é também descrita como amiga de longa data), Simone vai destacando as dinâmicas de cuidado compartilhadas por esses sujeitos, que lidavam com as crianças enquanto ela necessitava se deslocar para estudar e/ou trabalhar, bem como para dedicar-se aos estudos e ao trabalho dentro do próprio espaço privado, pois, como professora e estudante de outro município, levava afazeres dessas duas funções para o âmbito doméstico. Ao classificar como “tudo misturado. Não tem como separar as coisas”, a participante discursiviza o ser estudante-mãe-trabalhadora como uma unidade, com essas dimensões entrelaçadas e interconectadas.

Embora situe a mãe no papel actancial de destinadora, narrativa que aparece em outras histórias de vida, pois seduz a participante, conforme constrói o relato sobre sua memória de formação, a fazer duas graduações, candidatar-se a diferentes concursos, a ser dedicada e aplicada aos estudos, a interação também se define pelo princípio da sensibilidade, já que mãe e filha se mobilizam para traçar trajetórias de vida que rompem com a vulnerabilidade e situem-na na estabilidade financeira, na construção de uma carreira de trabalho remunerado e na dedicação à formação profissional e intelectual. Além disso, os outros sujeitos também interagem pela lógica da união, os quais fortalecem a comunidade familiar ao se apoiarem mutuamente. Ao figurativizá-los como “pedras preciosas”, no entanto, desempenham papéis de coadjuvantes no fazer e ser da estudante-mãe em busca do objeto-valor formação intelectual e profissional, já que assumiriam parte das tarefas que deve cumprir.



## Considerações finais

Por mais distintas entre si, as histórias de vida das participantes conectam-se em alguns pontos. Destacamos o cuidado, que atravessa o modo como as estudantes organizam as suas trajetórias no estudo e no trabalho, e, além disso, o caráter coletivo na formação da mãe-estudante, pois há nesse processo promessas de mudanças socioeconômicas para a sua unidade familiar. Quanto mais coletivas e cooperativas são as práticas de cuidado, mais fortalecida é uma estudante que tem filhos.

Neste trabalho, observamos que a comunidade de cuidado se organiza prioritariamente na própria família, nos espaços privados e, pelas políticas públicas, nas instituições escolares de educação básica, que recebem as crianças por pelo menos um turno nos dias úteis, momento em que suas mães também estudam. Se há ausências de gestos para a recepção dessa mãe-estudante na academia, como deixa entrever Simone ao relatar o conflito com um docente durante sua pós-graduação (“para a pós não existe bebê”, ao comentar sobre os prazos de entrega de trabalhos e atividades), é a família que cumpre esse papel de repensar e reorganizar a divisão sexual do serviço de reprodução. Há estranhamentos nesse processo, de aparente conflito dos papéis de gênero (“E até o meu irmão, um policial de 1,80 metro, limpando bumbum de neném, entendeu [risos]?”), quando a participante seleciona para o irmão isotopias da masculinidade (policial, 1,80 metro) em contraste com o trabalho de cuidado, conforme modaliza o advérbio “até”, pois inclui quem estaria apartado do serviço de reprodução.

A partir das contribuições da sociossemiótica, observamos interações definidas simultaneamente pela manipulação e pelo ajustamento em função do modo como as participantes constroem seus relatos, pois repensam o lugar da produção e reprodução social, embora não se situem precisamente dentro ou fora dos valores da domesticidade imbuídos no exercício da maternidade. A fixidez dos papéis de gênero, que é elaborada na e pela linguagem, vai perdendo os contornos nas histórias de vida que analisamos, emergindo, em vez disso, discursos sobre vivências e interações mais sensíveis e, portanto, mais arriscadas e menos apegadas a contratos rígidos de performance social. ●

## Referências

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos discursivos da intolerância: o ator na enunciação excessivo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 58, 2016, p. 7-24. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8646151/13239>. Acesso em: 27 set. 2022.

BIROLI, Flávia. Gênero e família em uma sociedade justa: adesão e crítica à imparcialidade no debate contemporâneo sobre justiça. *Revista de Sociologia Política*, v. 18, n. 36, 2010, p. 51-

65. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/BsGz3RNZ4zdDQWztBksw7mB/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 27 set. 2022.

BIROLI, Flávia. Autonomia, preferências e assimetria de recursos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 90, 2016, p. 39-57. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.17666/319039-56/2016>. Acesso em: 27 set. 2022.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRENNER, Johanna. Democracia, comunidade e cuidado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 18, 2015, p. 301-316. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151811>. Acesso em: 27 set. 2022.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 23, n. 2, 2006, p. 331-353. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/vG3HhnyjrSY7vFZFhSqWL7N/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 27 set. 2022.

FECHINE, Yvana. Ainda faz sentido assistir à programação da TV? Uma discussão sobre os regimes de fruição na televisão. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia (org). *As interações sensíveis: ensaios de sociosemiótica a partir da obra de Eric Landowski*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2013, p. 589-614.

GREIMAS, Algirdas Julius. *Da Imperfeição*. Tradução: Ana Claudia de Oliveira. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

HENRIQUES, Cibele da Silva. Mulher, universitária, trabalhadora, negra e mãe: a luta das mães trabalhadoras negras pelo direito à educação superior no Brasil. *Universidade e Sociedade*, v. 58, 2016, p. 68-79. Disponível em:

[https://issuu.com/sinduepa/docs/revista\\_us\\_58](https://issuu.com/sinduepa/docs/revista_us_58). Acesso em: 27 set. 2022.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. *Estudos feministas*, n. 1, 1994, p. 93-100.

KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LANDOWSKI, Eric. *Interações arriscadas*. Tradução: Luiza Helena Oliveira da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014a.

LANDOWSKI, Eric. Sociosemiótica: uma teoria geral do sentido. *Galáxia*, n. 27, 2014b, p. 10-20. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542014119609>. Acesso em: 27 set. 2022.

PERROT, Michelle. A família triunfante. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

REIS, Naiane Vieira dos. *Entre estudos, leituras, maternidade e trabalho: análise semiótica de histórias de vida de estudantes da área de Letras da UFT*. 2020. 189 p. Tese (Doutorado em Letras: Ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, Tocantins, 2020.

SILVA, Luiza Helena Oliveira da. O mundo lá fora, o da escola: interação em fórum digital no estágio supervisionado sob a perspectiva da sociosemiótica. *Raído*, v. 8, 2014, p. 227-247.

Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/3236/1766>. Acesso em: 27 set. 2022.

SORJ, Bila. O cuidado na nova agenda de combate à violência no Brasil. *In: ABREU, Alice Rangel de; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 257-265.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, v. 30, n. 87, 2016, p. 123-139.  
Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>. Acesso em: 27 set. 2022.

TATIT, Luiz. A abordagem do texto. *In: FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística I: objetos teóricos*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 187-210.

TEIXEIRA, Lucia. *As cores do discurso*. Niterói: EDUFF, 1996.

---

## Interaction and maternal care: socio-semiotic analysis of life histories of students in the area of Languages

 REIS, Naiane Vieira dos

---

**Abstract:** This work aims to analyze, in the undergraduation narratives of students who are also mothers and workers, located in the North region of Brazil, the interactions in the care service, which may be associated with the work of women or of a community. To this end, it discusses the work and participation of women in the public and private space, based on the contributions of sociological, historiographical theories and discourse studies, mobilizing the categories of analysis of sociosemiotics to understand how more or less hierarchized and ritualized relationships occur in the discourses of these subjects based on their performance in different areas. Throughout their undergraduation, students who experience motherhood mobilize different strategies to ensure their permanence at the university, in view of their study and, often, of work routines. Thus, when a care community is set up in different spaces, in an interaction governed by sensitivity, new possibilities emerge, less excluding for the student-mothers, of belonging to academic life and to the public sphere.

**Keywords:** maternity; academic education; care service; interaction; sociosemiotics.

---

### Como citar este artigo

REIS, Naiane Vieira dos. Interação e cuidado materno: análise sociossemiótica de histórias de vida de estudantes da área de Letras. *Estudos Semióticos* [online], vol. 18, n. 3. São Paulo, dezembro de 2022. p. 51-69. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse>. Acesso em: dia/mês/ano.

---

### How to cite this paper

REIS, Naiane Vieira dos. Interação e cuidado materno: análise sociossemiótica de histórias de vida de estudantes da área de Letras. *Estudos Semióticos* [online], vol. 18.3. São Paulo, December 2022. p. 51-69. Retrieved from: <https://www.revistas.usp.br/esse>. Accessed: month/day/year.

---

Data de recebimento do artigo: 31/05/2022.

Data de aprovação do artigo: 31/07/2022.

---

Este trabalho está disponível sob uma Licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 Internacional.

This work is licensed under a Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 International License.

